

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REQUERENTE: MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO S.A

REQUERIDA: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

PROCESSO: SERPRO-PST-2023/00001

OBJETO IMPUGNADO: EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO 0005/2023

REQUERIMENTO: CONHECER a presente impugnação, nos moldes do art. 87, § 1º da Lei nº 13.303/2016; RETIFICAR o edital em análise, para que seja suprimido o subitem 8.3.2, alínea “c”; e INCLUIR as informações referentes aos endereços dos locais das Unidades Federativas em que serão prestados o objeto contratado.

Trata-se de impugnação contra as especificações constantes em Edital de Chamamento Público cujo o objeto é promover a pré-qualificação de pessoas jurídicas interessadas em participar de licitações que serão promovidas pelo **SERPRO** para a contratação de circuitos de dados, nos termos das condições descritas no Edital e seus anexos.

O Edital registra que “Qualquer pessoa poderá impugnar o Edital após a publicação deste, devendo encaminhá-lo para o endereço compras.gabsa@serpro.gov.br, ou protocolá-lo no horário entre as 08:00Hs as 17:30Hs no SERPRO – Sede, localizado no(a) SGAN Quadra 601 Módulo V – Divisão de Aquisições e Contratações – Asa Norte – Brasília/DF – CEP: 70836-900.”.

A impugnação apresentada contempla as devidas qualificações do seu Requerente e foi apresentada tempestivamente, em data anteriormente a data fixada para abertura da sessão pública, razão pela qual conhecemos e submetemos os argumentos apresentados nos termos a seguir:

DO PEDIDO

Entende a Requerente, em síntese, que “... para a habilitação dos licitantes, o edital dispôs um subitem manifestamente arbitrário e não indicou os endereços das Unidades da Federação em que o objeto será prestado.”, “...ferindo o caráter competitivo do certame e desfigurando por completo o instituto da licitação, visto que são flagrantemente ilegais e abusivas. Portanto, tem-se um prejuízo, nesse caso, à própria natureza do procedimento licitatório.”

Conclui a Requerente em seu pedido para “a) o CONHECIMENTO da presente impugnação, nos moldes do art. 87, § 1º da Lei nº 13.303/2016; b) a RETIFICAÇÃO do edital em análise, para que seja suprimido o subitem 8.3.2, alínea “c”, assim como os demais que tratem sobre as matérias impugnadas, com vistas a sua adequação aos preceitos legais e jurisprudenciais suficientemente demonstrados; c) a INCLUSÃO das informações referentes ao endereço dos locais das Unidades Federativas em que serão prestado o objeto contratado.”

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei nº 13.303/16, Art. 87, § 1º, o Regulamento de Licitações e Contratos do SERPRO - Deliberação GA 007/202, Art. 20 c/c a Seção IX do Edital.

DA ANÁLISE TÉCNICA

Os argumentos da Impugnação foram submetidos a Unidade Técnica do SERPRO - DIOPE/SUPEC/ECARS/ECTRS – que, em resposta, registrou o seguinte entendimento:

“seguem nossas considerações (SUPEC) quanto ao pedido de impugnação ao Edital de Chamamento da empresa MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO S.A

b) a RETIFICAÇÃO do edital em análise, para que seja suprimido o subitem 8.3.2, alínea “c”, assim como os demais que tratem sobre as matérias impugnadas, com vistas a sua adequação aos preceitos legais e jurisprudenciais suficientemente demonstrados;

Resposta: por se tratar de cláusula padrão e de exigência documental financeira, solicitamos avaliação da GA quanto a este requerimento.

c) a INCLUSÃO das informações referentes ao endereço dos locais das Unidades Federativas em que serão prestado o objeto contratado.

Resposta: a pré-qualificação é apenas um mecanismo direcionado exclusivamente para antecipar a fase de habilitação de uma futura licitação, sendo assim, um procedimento que solicita a comprovação das habilidades de fornecer do licitante.

A fase de pré-qualificação não tem por objetivo realizar a contratação. Esta será realizada em ocasião futura, quando necessária, sendo este o momento nos quais serão indicadas as localidades e seus endereços a serem contratados, bem como suas características técnicas.

Importante ressaltar que a empresa pré-qualificada não tem obrigação de participar do pregão publicado.”

DA ANÁLISE DO PEDIDO

A “capacidade econômico e financeira” prevista no subitem 8.3.2 do Edital de Chamamento 005/2023, ora Impugnado, assim como as alíneas “b.4” dos Subitens 8.1 das Minutas dos Editais dos Pregões Eletrônicos que serão utilizados na licitação do seu objeto, estão regularmente previstos no inciso I do Art. 63 c/c o inciso III do Art. 58 da Lei nº 13.303/2016.

Importante destacar que a comprovação da boa situação financeira do Edital do Chamamento 005/2023, representadas pela obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) em valores superiores a 1 (um), estão previstas na Seção VIII - Dos Pregões Eletrônicos para Seleção das Contratadas, ou seja, comprovação que será avaliada, posteriormente, como um dos requisitos de habilitação do(s) Pregão(ões) Eletrônico(s) para contratação do seu objeto. NÃO sendo, portanto, requisito para Pré-qualificação das empresas Interessadas!

Destacamos ainda que o TCU, através do seu Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 77, Sessões: 23 e 24 de agosto de 2011, assim registrou:

“A exigência de relação dos compromissos assumidos, calculada em função do patrimônio líquido atualizado, para o fim de qualificação econômico-financeira, não ofende o estatuto das licitações.”

No que pese o pedido para “a INCLUSÃO das informações referentes ao endereço dos locais das Unidades Federativas em que serão prestado o objeto contratado.”, o Edital do Chamamento 005/2023 prevê que “A marcação das velocidades que o fornecedor atende em determinada UF não é condicional para a participação do mesmo em pregão com determinada velocidade, caracterizando meramente a manifestação da capacidade de atender, podendo esse participar de pregão em que será contratado circuito com velocidade não marcada. Os dados de velocidade serão utilizados pelo SERPRO para fins estatísticos.”.

Neste sentido, reiteramos o entendimento da Unidade Técnica do SERPRO o qual “...a empresa pré-qualificada não tem obrigação de participar do pregão publicado.”, uma vez que, neste momento, a demonstração de interesse das empresas para Pré-qualificação para a contratação de circuitos de dados, devem, tão somente, (i) possuir regularidade para a contratação junto ao SERPRO e (ii) encaminhar os documentos previstos na Seção III do Edital, que trata Da Documentação para a Pré-Qualificação.

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, RECEBO a impugnação interposta pela empresa MOB SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO S.A., e, com base na análise dos argumentos apresentados, decido pela IMPROCEDÊNCIA INTEGRAL dos pedidos, mantendo a atual versão do Edital de Chamamento N° 005/2023 para Convocação Para Pré-Qualificação SERPRO Sede.

Brasília, 24 de abril de 2023.

EDUARDO BARBOSA
Pregoeiro
Assinado digitalmente